

FONTES DE RENDA DE IDOSOS RESIDENTES EM UM GRANDE CENTRO URBANO SEGUNDO O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

FUENTES DE INGRESO DE ANCIANOS RESIDENTES EN UN GRAN CENTRO URBANO SEGÚN PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

SOURCES OF INCOME OF ELDERLY RESIDENTS IN A LARGE URBAN CENTER ACCORDING TO THE SOCIODEMOGRAPHIC PROFILE

Alessandra Paula Ferreira Moreira Neumann*
neumann.alessandra@unifesp.br

Frederico Molina Cohrs*
fcohrrs@unifesp.br

Johannes Doll**
johannes.doll@ufrgs.br

Luiz Roberto Ramos*
lrramos1953@gmail.com

* Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), SP, Brasil.
** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RGS, Brasil.

Resumo

A presente pesquisa objetiva analisar em uma coorte populacional de idosos a estrutura de suas fontes de renda e sua relação com fatores sociodemográficos. Trata-se de um estudo transversal, quantitativo, realizado com 1087 idosos que foram acompanhados por uma equipe multidisciplinar de um bairro de classe média-alta da cidade de São Paulo, com segunda onda iniciada em 2008. Dos entrevistados 68% eram mulheres, cerca de 97% dos idosos disseram receber algum tipo de receita mensal advinda de diversas fontes de renda (15 combinações): aposentadoria, pensão, aluguéis, atividade remunerada, e outras, apenas 2,8% disseram não ter nenhum tipo de renda. Quase 60% contou com mais que uma fonte de renda, com 75% centralizada em algum tipo de aposentadoria. A maioria (46%) recebia entre 1 e 3 salários mínimos per capita e apenas 5,3% recebia 10 ou mais salários mínimos. Observou-se diferenças claras entre homens e mulheres em relação ao perfil das fontes de rendas. A necessidade de recorrer à várias fontes de renda por idosos pode indicar uma certa insuficiência de renda para autossustento e/ou das próprias famílias.

PALAVRAS CHAVE: Idosos. Renda. Envelhecimento. Aposentadoria. Pensão.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo analizar en una cohorte poblacional de personas mayores la estructura de sus fuentes de ingresos y su relación con factores sociodemográficos. Se trata de un estudio transversal, cuantitativo, realizado con 1087 ancianos que fueron acompañados por un equipo multidisciplinario de un barrio de clase media-alta de la ciudad de São Paulo, con una segunda ola iniciada en 2008. De los entrevistados 68% eran mujeres, alrededor del 97% de los

adultos mayores dijeron que recibían algún tipo de ingreso mensual de diversas fuentes de ingresos (15 combinaciones): jubilación, pensión, alquiler, actividad remunerada y otros, solo el 2.8% dijo no tener ningún ingreso. Casi el 60% tenía más de una fuente de ingresos, con el 75% centrado en algún tipo de jubilación. La mayoría (46%) recibió entre 1 y 3 salarios mínimos per cápita y solo el 5,3% recibió 10 o más salarios mínimos. Hubo claras diferencias entre hombres y mujeres en relación al perfil de las fuentes de ingresos. La necesidad de recurrir a diversas fuentes de ingresos por parte de las personas mayores puede indicar una cierta insuficiencia de ingresos para la autosuficiencia y / o para las propias familias.

PALABRAS CLAVE: Anciano. Ingreso. Envejecimiento. Jubilación. Pensión.

Abstract

This research aims to analyze in a population cohort of elderly people the structure of their income sources and their relationship with sociodemographic factors. This is a cross-sectional, quantitative study carried out with 1087 elderly people who were accompanied by a multidisciplinary team from a neighborhood of upper-middle class in the city of São Paulo, with a second wave started in 2008. Of the interviewees 68% were women, about 97% of the elderly said they received some type of monthly income from various sources of income (15 combinations): retirement, pension, rent, paid activity, and others, only 2.8% said they had no income at all. Almost 60% had more than one source of income, with 75% centered on some type of retirement. The majority (46%) received between 1 and 3 minimum wages per capita and only 5.3% received 10 or more minimum wages. There were clear differences between men and women in relation to the profile of income sources. The need to resort to various sources of income by the elderly may indicate a certain insufficiency of income for self-support and/or for the families themselves.

KEYWORDS: Elderly. Income. Aging. Retirement. Pension.

1. Introdução

O processo de envelhecimento nos países desenvolvidos ocorreu de forma gradual, já no Brasil ocorreu de forma acelerada, em um contexto de desigualdades sociais, pobreza e precariedade nos serviços de saúde (SIMÕES, 2016; BRAGA et al. 2011). Mudanças aceleradas de comportamento reprodutivo e aumento da expectativa de vida tiveram impacto excepcional, não só sobre o ritmo de crescimento geral da população, mas também no avanço das discussões políticas e as repercussões financeiras, um desenvolvimento em que os países subdesenvolvidos permanecem carentes em vários sentidos (KALACHE, VERAS e RAMOS, 1987).

Com o rápido aumento da população idosa retorna a preocupação de como este grupo populacional consegue se sustentar. No passado, as pessoas velhas tiveram as opções de trabalhar até o final da vida, ser sustentado pela sua família, depender de instituições de caridade ou pedir esmolas. Com o advento dos diferentes sistemas de aposentadoria no final do século XIX e início de século XX, os Estados organizaram formas de buscar garantir uma certa base econômica para as pessoas idosas (OECD, 2017). Porém, os sistemas de aposentadoria que se constituíram durante o século XX enfrentam dificuldades de sustentação frente ao aumento do número de pessoas idosas.

Do ponto de vista das pessoas idosas, a situação financeira possui relação forte com a situação de saúde, com a qualidade de vida e com a satisfação das pessoas idosas (CAMARANO, 2001; BÓS; BÓS, 2004; SOUSA; LIMA, 2009; NERI, 2009; MOURA; CUNHA, 2010; ANDRADE, 2018), especialmente porque as pessoas idosas são proporcionalmente a população que mais fazem uso dos Serviços Públicos.

A questão da relação entre economia e saúde é também tema de uma das maiores pesquisas mundiais, ficando subentendido que a renda tem efeito sobre o estado de saúde, assim como a saúde tem efeito na renda das pessoas mais velhas, especialmente entre as mais saudáveis (ADELINE, 2018).

Cabe perguntar: Como se apresenta a situação econômica para as pessoas idosas no Brasil? Como se constitui sua renda para garantir uma vida adequada?

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) apontou que em 2019 a aposentadoria ou pensão era recebida por 14,7% da população. As famílias tinham um rendimento médio mensal domiciliar per capita de todas as fontes de R\$ 2.244, compondo 72,5% de todos os trabalhos, 20,5% aposentadoria ou pensão e os 7% restantes distribuídos em: aluguel e arrendamento 2,5%; pensão alimentícia, doação ou mesada 1,1%; e outros 3,4%. A pesquisa sugere que tais fatos podem estar relacionados com alterações legislativas nas regras dos regimes previdenciários ou na tentativa de se postergar a concessão de aposentadoria (IBGE, 2019). Em uma perspectiva econômica geral, as aposentadorias e pensões constituem uma parte importante das rendas familiares, o que reforça a importância da renda das pessoas idosas para o sustento das famílias em geral (CAMARANO, 2020).

Para muitos idosos, especialmente os que convivem com outros membros da família, pode haver insuficiência de renda que motive a continuidade ou retorno ao trabalho. Muitos idosos são arrimo de família e têm somado rendas para auto sustento e/ou sustento familiar (CAMARANO, 2009; NERI, 2009). Esse complemento da renda pode ter várias fontes, recursos individuais construídos durante a vida (por exemplo, adquirir imóveis para alugar; aplicações; etc.) ou recursos sociais (ajuda pelos filhos ou familiares), tais fatos podem estar relacionados com alterações legislativas nas regras dos regimes previdenciários ou na tentativa de se postergar a concessão de aposentadoria.

Tendo em vista o acúmulo de fontes de renda por idosos para se manterem e/ou suas famílias, o presente estudo computa em uma coorte de idosos de classe média-alta todas as suas fontes de renda e analisa sua relação com sexo, escolaridade e mediana da renda per capita em salários mínimos, já que não foram encontrados artigos na literatura que fizesse tal correlação.

1.1 Importância da aposentadoria como fonte de renda

A renda que sustenta a vida das pessoas sofre geralmente alterações durante o ciclo de vida. Segundo o modelo proposto pelo economista Franco Modigliani (1986), as pessoas acumulam durante sua vida adulta recursos além das necessidades de consumo, que serão usados na velhice para manter o nível de consumo mesmo diminuindo a renda. O interessante deste modelo é o fato de considerar o ciclo de vida para compreender as situações financeiras na velhice. Para o Brasil, Neri (2007) utiliza a teoria de Modigliani para analisar a situação financeira das pessoas idosas. Ele rejeita a teoria na forma pura pois entende que é mais a ação do estado através do sistema de aposentadoria que ameniza as perdas da renda pela saída do mercado de trabalho do que a ação individual. Mas reconhece que ela é um arcabouço interessante, pois permite perceber a necessidade de uma ação pública para diminuir a desproteção social dos idosos, que se mostra no sistema de seguridade social através de um sistema de aposentadoria. Como Barros et al. (1999) mostra, a aposentadoria não é a única fonte dos idosos, mas com o avanço da idade, ganha rapidamente em importância para garantir a sustentação.

Em relação à aposentadoria, existem no Brasil duas marcas importantes para o desenvolvimento de um sistema de suporte financeiro para pessoas idosas. O primeiro é a implantação de um sistema de aposentadoria a partir do decreto nº 4.682 de 24 de janeiro de 1923, chamado de Lei Elói Chaves, que “Crea, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados.” (Emenda na grafia original da lei. BRASIL, 1923). Em 1930, esta lei foi ampliada para outras categorias e trabalhadores do setor público e privado. Desde então, houve várias reformulações e reorganizações administrativas para chegar na situação atual da legislação

sobre aposentadoria e pensão.

Anos depois, foi criada a Lei orgânica da Previdência Social - LOPS, pela Lei nº 3.807 de 26 de agosto de 1960 e unificou a legislação de aposentadorias e pensões, que incluí idosos que não possuem nenhuma renda. O decreto nº 72 de 21 de novembro de 1966 criou o INPS Instituto Nacional de Previdência Social – INPS e em 1974 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. Em 1977, em continuação à política de integração e organização dos diversos componentes do sistema previdenciário, foi instituído pela Lei nº 6.439, dentro do Ministério da Previdência, o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas). Como as mudanças não surtiram os efeitos desejados, por sua vez, a CF garantiu renda mensal vitalícia aos idosos e portadores de deficiência, se comprovadas a baixa renda e necessidade. O INPS foi extinto pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 que criou o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, assegurando aos indivíduos renda permanente até a morte.

Uma segunda marca importante é a Constituição de 1988 (CF/88). De fato, ela não criou novas formas de suporte financeiro aos idosos, mas retomou formas já existentes como aposentadoria e pensão por idade e por tempo de serviço, aposentadoria rural e benefício continuado para pessoas com necessidades especiais e idosos sem nenhuma renda. A contribuição específica da CF/88 foi a ampliação da abrangência das aposentadorias, principalmente da aposentadoria rural, e a constatação no seu artigo 201, § 2º “Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário-mínimo” (BRASIL, 1988). Desta forma, a Previdência Social do Brasil consegue garantir uma certa base financeira para as pessoas idosas, mas o sustento tem o limite do teto da aposentadoria, que gira em torno de cinco salários-mínimos. Isso levanta a questão da organização financeira para pessoas que estavam acostumados com um padrão mais alto de vida, um grupo bastante pequeno no Brasil, já que a grande maioria (65%) dos aposentados e pensionistas recebem um salário-mínimo (IBGE, 2018).

Nesse sentido, o Estatuto do idoso no capítulo VII, Art. 29, também apresenta diretrizes para Previdência Social que estabelecem critérios de cálculo, carência, reajustes, etc. Entretanto cabe ressaltar as mudanças que ocorreram e estão ocorrendo na solicitação de benefícios, a medida provisória n 676 publicada pelo Ministério da Previdência Social em junho de 2015 estabeleceu a nova regra para o cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição, ou seja, a regra 85/95 que consistia na contagem de pontos, somando a idade do beneficiário e o tempo que contribuiu para a previdência. Calculo esse, que está sendo alterado progressivamente (1º de janeiro de 2017; 1º de janeiro de 2019; 1º de janeiro de 2020; 1º de janeiro de 2021; e 1º de janeiro de 2022) (BRASIL, 2015), a justificativa da alteração está ancorada na ideia do crescimento da população idosa e a diminuição da população de idade ativa contributiva.

Na maioria dos países, o sistema de aposentadoria, visto inicialmente como um mecanismo de assistência e gradualmente como um direito do trabalhador, é relativamente novo, conta com um pouco mais de meio século de instauração, embora apresente-se como algo desejável, pode gerar muita polêmica, principalmente quando a discussão é a manutenção financeira (VERAS, RAMOS, KALACHE, 1987).

Preocupada com essa situação, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que as políticas voltadas para as pessoas idosas levem em consideração os aspectos sociais, comportamentais, pessoais, culturais e principalmente econômicos (WHO, 1984). Pode-se considerar que isso requer medidas preventivas e pesquisas que estimulem o interesse pelas diversas fontes de renda que os idosos tem acumulado para se manterem.

Denotando a importância da aposentadoria como fonte de renda, o Sesc (2020) fez dois estudos comparativos com todas as fontes de renda dos idosos, 2006 e 2020, e em ambos as aposentadorias (por idade, tempo de serviço e invalidez) representavam 64%.

2. Método

Estudo transversal, com dados secundários, de uma coorte populacional iniciada em 1991 (Projeto Epidoso), representativa dos idosos residentes num bairro de classe média-alta em um grande centro urbano da região Sudeste do Brasil (RAMOS et al. 1998).

Após novo recenseamento realizado no bairro em 2008, iniciou-se uma coorte aberta com uma amostra aleatória de indivíduos com 60 anos ou mais, inicialmente entrevistados no domicílio e posteriormente acompanhados por equipe interdisciplinar no centro da pesquisa. Todos os idosos que responderam a uma avaliação geriátrica e gerontológica na linha de base até março de 2020, foram incluídos no presente estudo.

As variáveis dependentes foram obtidas a partir das seguintes perguntas: Em relação à sua vida financeira o(a) Sr.(a) tem algum tipo de renda? Tem atividade remunerada atualmente? Recebe aposentadoria? Recebe pensão? Recebe outra renda? Quanto o(a) Sr.(a) recebe, no total, por mês? Quantas pessoas dividem essa renda com o(a) Sr.(a)? A principal variável de interesse nesse artigo foram as fontes de renda, assim, a análise dos dados consistiu no cruzamento das variáveis sexo, escolaridade e mediana da renda per capita em salários mínimos (SM) dos idosos com as fontes de renda: aposentadorias (A), pensões (P), atividades remuneradas (R) e outras fontes (O) (aluguéis, aplicações, suporte familiar) e as possíveis 15 combinações, isoladas ou em combinações.

As variáveis independentes foram: sociodemográficas: idade; sexo; estado civil e mora com. Socioeconômicas: escolaridade e renda média em salários mínimos.

Foi realizado um teste de normalidade para as variáveis numéricas. Como não apresentavam distribuição normal, optou-se por usar a mediana para descrever tais variáveis. Foram realizados testes do qui-quadrado, Kruskal-Wallis e Conover-Iman para avaliar os valores entre os grupos, e quando necessário, utilizou-se a correção de Bonferroni (KRUSKAL; WALLIS, 1952; CONOVER; IMAN 1981).

Todos os participantes dessa pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e passaram pela triagem e atendimento médico do Centro de Pesquisa do Envelhecimento. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de ética da Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, CAAE nº 06842918.8.0000.5505.

3. Resultados

A amostra final foi composta de 1087 idosos, considerando os óbitos, recusas e mudanças. A maioria era do sexo feminino (68,4%) com idade de 60 a 98 anos e 31,6% eram homens de 60 a 93 anos de idade.

Tabela 1 – Dados sociodemográficos da população estudada.

VARIÁVEIS	FEMININO		MASCULINO		TOTAL GERAL	
	N	%	N	%	N	%
Faixa etária						
60-69	287	39%	126	36%	413	38%
70-79	301	40%	143	42%	444	41%
80+	156	21%	74	22%	230	21%
Total	744	100%	343	100%	1087	100%
Estado civil						
1_Nunca se casou	125	17%	9	3%	134	12%
2_Casado (a) ou com companheiro (a)	274	37%	278	81%	551	51%

3_Viúvo (a)	261	35%	30	9%	291	27%
4_Separado (a), desquitado (a) ou divorciado (a)	84	11%	25	7%	109	10%
Total	744	100%	342	100%	1085	100%
Escolaridade						
1_2_Analfabeto à primário incompleto (≤ 3 anos)	63	8%	9	3%	72	7%
3_Primário completo/ Ginásio incompleto (4 a 7 anos)	190	26%	72	21%	262	24%
4_Ginásio completo ou mais (≥ 8 anos). Especificar	490	66%	261	76%	751	69%
Total	743	100%	342	100%	1085	100%
Mora com						
1_Só (ninguém mais vive permanentemente junto)	191	26%	24	7%	215	20%
2_Somente com o cuidador profissional (1 ou +)	7	1%	1	-	8	1%
3_Com o cônjuge (com ou sem cuidador)	153	20%	155	45%	308	28%
4_Com outros de sua geração (com ou sem cônjuge)	56	7%	17	5%	73	7%
5_ Com filhos (com ou sem cônjuge)	213	29%	95	28%	308	28%
6_Com netos (com ou sem cônjuge, com ou sem filhos)	34	5%	23	7%	57	5%
7_Outros arranjos	90	12%	27	8%	117	11%
Total	744	100%	342	100%	1086	100%
Faixa de renda <i>percapita</i> em salários mínimos*						
0 – 1 salários mínimos	82	12%	27	8%	109	11%
1 – 3 salários mínimos	311	44%	163	49%	474	46%
3 – 5 salários mínimos	186	27%	69	21%	255	25%
5 –10 salários mínimos	89	13%	46	14%	135	13%
10 e + salários mínimos	28	4%	26	8%	54	5%
Total	696	67,8%	331	32,2%	1027	100%

*salários mínimos de acordo com o valor de cada ano

A absoluta maioria dos idosos homens (81,3%) disseram estar casados ou com companheiras e apenas 8,8% viúvos, enquanto 36,7% das mulheres se declararam estar casadas e 35,1% viúvas.

Com referência à escolaridade, apenas 1% dos idosos nessa coorte eram analfabetos, e juntamente com os que tinham primário incompleto somavam 6,6%, enquanto os que declaram ter ginásio completo ou mais representam 69,2%.

A variável ‘mora com’ mais facilmente identificada na literatura como ‘arranjo familiar’, nessa coorte mostra que apenas 7% dos homens vivem só, enquanto entre as mulheres 25,7% moravam só. Cerca de um terço da amostra vivia em domicílios multigeracionais convivendo com filhos e/ou netos. No que se refere à dependência de renda, 457 idosos com apenas mais uma pessoa; 385 idosos tinham duas pessoas, 130 idosos com três pessoas dependentes da renda, 59 com 4 dependentes e 57 com 5 ou mais dependentes.

No tocante a renda, 97,2% disseram receber algum tipo de receita mensal, advinda de diversas fontes de renda tais como aposentadoria, pensão, aluguéis, atividade remunerada, e outras. Apenas 2,8% dos idosos disseram não ter nenhum tipo de renda, destes 75% eram mulheres (dados não apresentados). Dos que referiram ter renda, a maioria (46%) recebia entre 1 e 3 salários mínimos per capita (cálculo baseado na quantidade de moradores da residência) e apenas 5,3% recebia 10 ou mais salários mínimos per capita.

A Tabela 2 mostra que foram identificadas quinze combinações de fontes de rendimentos desses idosos, que podem ser classificadas segundo quatro grandes categorias: aposentadoria, pensão, atividade remunerada e outras fontes de renda (aluguel, aplicações, ajuda familiar).

A absoluta maioria dos idosos (75%) recebia alguma aposentadoria, mas apenas 24,9% declararam receber só aposentadoria (A). Aposentadoria somada a outras rendas (AO) foi referido por 18,3%, enquanto idosos que trabalhavam e que recebiam aposentadoria (RA) representaram 10,1%.

Cerca de um quarto da população recebia alguma pensão (25,1%), mas só 5,5% recebiam apenas

pensão (P), e aposentadoria mais pensão 7,4%, por outro lado, as pessoas que não recebiam nem aposentadoria e nem pensão, representaram apenas 11,9%.

Apenas 2,7% referiram atividade remunerada como única fonte de renda (R), mas em conjunto com aposentadorias, pensões e outras rendas, 25,8% dos idosos referiram alguma atividade remunerada. Em 7,1% dos casos, os rendimentos eram advindos apenas de outras rendas (O), mas em conjunto com aposentadorias, pensões e outras rendas, 44,8% dos idosos disseram ter outras rendas.

Tabela 2 – Distribuição percentual das diferentes fontes de rendimentos dos idosos, isoladas ou em combinações. Projeto Epidoso – São Paulo 2020.

FONTES DE RENDIMENTO*	N	%
A (aposentadoria)	271	24,9
AO (aposentadoria + outras rendas)	199	18,3
AP (aposentadoria + pensão)	81	7,4
APO (aposentadoria + pensão + outras rendas)	42	3,9
O (outras fontes de renda)	77	7,1
P (pensão)	60	5,5
PO (pensão + outras rendas)	49	4,5
R (atividade remunerada)	29	2,7
RA (atividade remunerada + aposentadoria)	110	10,1
RAO (atividade remunerada + aposentadoria + outras rendas)	77	7,1
RAP (atividade remunerada + aposentadoria + pensão)	16	1,5
RAPO (atividade remunerada + aposentadoria + pensão + outras rendas)	14	1,3
RO (atividade remunerada + outras rendas)	23	2,1
RP (atividade remunerada + pensão)	5	0,5
POR (pensão + outra renda + atividade remunerada)	5	0,5
Total	1058	97,2%

*A Aposentadoria; P Pensão; O outros; R= Atividade remunerada.

Na Tabela 3 é possível observar que os homens têm uma prevalência maior de aposentadoria como fonte de renda, tanto como única fonte (27,9%) como combinada com outras fontes (89%) em comparação com as mulheres – 24,6% e 70,8% respectivamente. Por outro lado, a prevalência de pensão como fonte de renda é bem maior entre as mulheres, tanto como fonte única (8,4%) como combinada com outras fontes (34,5%) em comparação com os homens – nenhum homem referiu pensão como única fonte de renda e apenas 7,4% referiu pensão combinada com outras fontes.

Alguma atividade remunerada foi relatada por 39% dos homens e por 20% das mulheres. Em relação a outras fontes de renda as diferenças por sexo foram menores. Quase a metade dos homens e mulheres relataram ter outras fontes de renda (48% e 45% respectivamente) mas as mulheres mais frequentemente que os homens tinham outras fontes como única fonte de renda (9,5% e 2,6% respectivamente).

Tabela 3 – Distribuição percentual das diferentes fontes de rendimentos dos idosos, isoladas ou em combinações, por sexo.

FONTES	FEMININO		MASCULINO		TOTAL	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
A	176	24,6%	95	27,9%	271	25,6%
AO	111	15,5%	88	25,8%	199	18,8%
AP	76	10,6%	5	1,5%	81	7,7%
APO	32	4,5%	10	2,9%	42	4%
O	68	9,5%	9	2,6%	77	7,3%
P	60	8,4%	0	0	60	5,7%
PO	49	6,8%	0	0	49	4,6%
R	11	1,5%	17	5%	28	2,6%
RA	55	7,7%	55	16,1%	110	10,4%
RAO	36	5%	41	12%	77	7,3%
RAP	11	1,5%	5	1,5%	16	1,5%
RAPO	10	1,4%	4	1,2%	14	1,3%
RO	12	1,7%	11	3,2%	23	2,2%
RP	5	0,7%	0	0	5	0,5%
RPO	4	0,6%	1	0,3%	5	0,5%
Total	716	100%	341	100%	1.057	100%

Já na Tabela 4 é possível observar a relação das fontes de renda e a escolaridade dos idosos. Em geral 70% tinham alta escolaridade, mas foi maior entre os aposentados (77%), os aposentados com outras rendas (75%), os aposentados com atividade remunerada (76%), os que tinham outras rendas e atividade remunerada (83%), e principalmente entre os que tinham atividade remunerada como única fonte de renda (89%).

Por outro lado, a baixa escolaridade que afeta 6% dos idosos em média, foi bem mais alta entre os que referiram pensão como única fonte de renda (13%) e pensão com outras fontes (18%).

Tabela 4 – Distribuição percentual das diferentes fontes de rendimentos dos idosos, isoladas ou em combinações, escolaridade.

Fontes	Escolaridade						Total
	1 - 2		3		4		
A	9	3,3%	54	19,9%	208	76,7%	271
AO	9	4,5%	41	20,6%	149	74,9%	199
AP	5	6,2%	30	37,0%	46	56,8%	81
APO	7	16,7%	11	26,2%	24	57,1%	42
O	8	10,4%	20	26,0%	49	63,6%	77
P	8	13,3%	24	40,0%	28	46,7%	60
PO	9	18,4%	20	40,8%	20	40,8%	49
R	0	0%	3	10,7%	25	89,3%	28
RA	5	4,5%	21	19,1%	84	76,4%	110
RAO	1	1,3%	13	16,9%	63	81,8%	77
RAP	1	6,2%	4	25,0%	11	68,8%	16
RAPO	0	0%	6	42,9%	8	57,1%	14
RO	3	13,0%	1	4,4%	19	82,6%	23
RP	3	60,0%	2	40,0%	0	0%	5
RPO	0	0%	1	20,0%	4	80,0%	5
Total	716	100%	341	100%	738	69,8%	1.057 100%

Em relação à renda per capita, a tabela 5 apresenta os valores dos rendimentos dos idosos por mediana mensal em salários mínimos (SM), com base no valor em cada ano da entrevista. Os idosos tiveram renda mediana de 2,6 SM.

Tabela 5 – Mediana da renda percapita em salários mínimos dos idosos.

Fontes	n	dp	min	mediana	max
A	266	3,67	0,28	2,36	25,05
AO	197	4,21	0,38	3,01	44,12
AP	81	3,40	0,67	3,76	24,10
APO	42	3,14	0,72	2,45	15,05
O	68	2,06	0,52	1,92	10,75
P	57	1,51	0,43	2,55	9,16
PO	46	3,07	0,31	2,64	19,61
R	26	5,44	0,48	1,78	23,60
RA	107	4,37	0,42	2,75	30,06
RAO	75	8,65	0,44	2,57	57,35
RAP	16	3,46	0,72	3,80	14,68
RAPO	14	2,51	1,43	3,21	10,75
RO	23	5,02	0,64	2,15	18,35
RP	4	3,17	0,87	1,07	7,34
RPO	5	1,60	1,00	2,15	4,49

Total	1027	4,28	0,28	2,58	57,35
-------	------	------	------	------	-------

Embora os valores medianos não apresentem grandes variações segundo as fontes de renda, pode-se perceber que os maiores valores estão associados ao recebimento de aposentadorias, em combinação com pensões ou pensões e atividade remunerada (3,8 SM). Por outro lado, os valores máximos das medianas variaram bastante devido a grandes valores recebidos como outras rendas (aluguéis), e baixos valores associados com o recebimento de pensões razão pela qual não analisamos a média dos valores.

4. Discussão

O presente estudo computou em um grupo representativo de idosos de um bairro de classe média alta, localizado em uma grande metrópole, todas as fontes de renda: aposentadorias (A), pensões (P), atividades remuneradas (R) e outras fontes (O) (aluguéis, aplicações, suporte familiar) registrando-se 15 possíveis combinações, já que existe a possibilidade de acumular as diferentes fontes de renda.

Uma pequena minoria (1,3%) acumula todos os tipos de renda, aposentadoria, pensão, atividade remunerada e outras rendas (RAPO), e são quase 60% (58,8%) que acumulam pelos menos duas diferentes fontes de renda. Um cruzamento destes dados com fatores sociodemográficos aponta para determinados perfis de pessoas idosas relacionadas com suas fontes de renda.

Apenas 2,8% dos idosos disseram não ter nenhum tipo de renda, destes 75% eram mulheres. De fato, o número de pessoas idosas sem nenhuma renda está em queda no Brasil desde a Constituição de 1988 (BIRON et al., 2018), mesmo assim, os dados do presente grupo estão bem menores do que da população brasileira como um todo.

Uma coorte populacional na cidade de São Paulo - Projeto SABE – mostrou dados semelhantes, à presente pesquisa - 4,6% dos idosos não recebiam nenhuma renda (LEBRÃO et al., 2008), enquanto no Brasil inteiro, são 12,8% nesta situação (BIRON et al., 2018). A existência de diferenças regionais fica evidente nos dados de Sousa e Lima (2009), que relatam um grupo de 14,3% de idosos sem renda na região Nordeste. O grupo sem nenhuma renda é composto principalmente por mulheres, 75% no presente estudo, pelos dados da PNAD, isso chega a 85% (CAMARANO, 2009), um grupo altamente vulnerável. Isso remete a uma situação histórica em que as mulheres tiveram pouco acesso à escolaridade, dificuldades de se colocar no mercado formal de trabalho e desta forma chegam a velhice sem ter acesso aos benefícios (CRYSTAL; SHEA, 1990).

A aposentadoria representa uma das principais fontes de renda de pessoas idosas. No presente estudo 76,6% dos idosos recebiam alguma aposentadoria, uma proporção maior do que em outros estudos, como Alvarenga et al. (2009), 54,3% e Bós e Bós (2004), 55,8%, mas bem próxima aos 74,6% para a população brasileira em geral, relatado por BIRON et al. (2018). Existe uma diferença clara entre homens (88,9%) e mulheres (70,8%), causada por uma inserção menor desta geração de mulheres no mercado de trabalho regularizado e por mais interrupções, o que dificulta o acesso à aposentadoria. Esta diferença é ainda um pouco maior do que na população brasileira em geral, onde 77,9% dos homens e 71,2% das mulheres recebem uma aposentadoria (BIRON, et al., 2018).

Analisando as combinações da aposentadoria com outras fontes de renda, se mostra de novo uma clara diferença dos perfis de renda entre homens e mulheres. Assim, a aposentadoria dos homens é mais vezes combinada com renda de outras fontes (homens 25,8% / mulheres 15,5%) e trabalho remunerado (homens 30,8% / mulheres 15,7%), enquanto a aposentadoria das mulheres acumula mais vezes com uma pensão (mulheres 19% / homens 7%).

Olhando para as diferentes combinações, percebe-se mais uma diferença entre as fontes de renda

de homens e de mulheres. Enquanto os homens concentram 82% em quatro diferentes combinações, aposentadoria, aposentadoria e outras fontes, aposentadoria e trabalho, aposentadoria, trabalho e outras fontes, a estrutura da renda das mulheres não só é diferente, pois a pensão ocupa um espaço importante, mas também tem uma variedade maior. Assim, as quatro combinações mais frequentes entre as mulheres concentram somente 60,2% dos casos. Como a renda na velhice é o resultado, principalmente da biografia profissional, é possível interpretar estes resultados como uma variedade menor nas biografias profissionais dos homens, concentradas no trabalho remunerado, e uma variedade maior nas biografias das mulheres, entre dona de casa, esposa, profissional em tempo parcial e tempo integral.

No total, 41,3% dos participantes indicam somente uma única fonte de renda, entre estes, a aposentadoria é a mais frequente com 25,6%, seguido por outras rendas (7,3%), pensão (5,7%) e trabalho remunerado (2,7%). Enquanto na aposentadoria como única fonte não existem grandes diferenças entre homens e mulheres, isso não vale para as outras fontes. Assim, viver somente de outras fontes ou de pensão é uma situação típica de mulheres, enquanto bem mais homens indicam o trabalho remunerado como única fonte de renda.

Entre as fontes únicas de renda, a aposentadoria constitui a mais importante, um quarto dos idosos recebiam ‘só a aposentadoria’, uma proporção superior a encontrada num estudo com idosos da região Nordeste (18,5%) (SOUSA; LIMA, 2009). Essas diferenças provavelmente refletem um maior acesso a aposentadorias numa população essencialmente de classe média através de uma relação de trabalho regularizada durante sua vida.

Em relação ao presente grupo é possível afirmar que as rendas provenientes de aposentadorias e/ou pensões têm um peso fundamental na composição da renda média mensal desses idosos. Apesar de que muitos dispõem de outras rendas (O), trabalho (R) e da variedade de combinações, deve-se destacar que mais que 90% dos participantes desta pesquisa contam, de alguma forma, com aposentadoria ou pensão ou uma combinação entre as duas. Desta forma, confirma-se também para um bairro de classe média-alta, que existe maior segurança econômica para os idosos que recebem aposentadorias e pensões, e conseqüentemente maior autonomia e independência (ANDRADE et al., 2018).

Ao contrário das categorias aposentadoria, pensão e atividade remunerada, a categoria “outras fontes” é aberta e pode abranger uma multiplicidade de fontes. A pesquisa “Idosos no Brasil II” do SESC, que entrevistou 2.369 idosos urbanos no Brasil (SESC 2020) lista várias fontes possíveis, como renda de negócio próprio, aluguel, diferentes tipos de benefícios (benefício de prestação continuada – LOAS, bolsa família, cesta básica), ajuda de familiares e amigos, pensão alimentícia, ajuda de instituições beneficentes e outras. Uma análise destas outras fontes mostra que podem indicar tanto uma situação financeira boa (renda de negócios, aplicações, aluguel) como podem indicar uma situação financeira problemática (benefícios, ajuda de familiares, amigos e instituições).

Nesta pesquisa, o grupo que vive somente de outras fontes (7,8%) é constituído majoritariamente por mulheres (mulheres 9,5%, homens 2,6%) que possuem um nível de renda e de educação um pouco abaixo da média do grupo total. Já quando outras fontes se acumulam com aposentadoria, encontram-se mais homens (mulheres 15,5%, homens 25,8%) e se trata de um grupo com uma renda mediana acima da média do grupo. No total, 46% dos participantes dispõem de alguma outra fonte para completar sua renda.

O que chama atenção é o fato que quase 60% dos participantes da pesquisa contam com duas ou mais diferentes fontes de renda para se sustentar. Isso indica que provavelmente uma única fonte não seja suficiente para garantir uma renda adequada para o estilo de vida das pessoas neste bairro. Mudanças recentes na Previdência Social devem modificar ainda mais este cenário. No sistema brasileiro, como visto no presente estudo, era comum pessoas receberem, por exemplo, aposentadoria e pensão. Com a Reforma da Previdência houve mudanças nas regras de acúmulo de benefícios. A partir de 13 de novembro de 2019, o beneficiário escolhe o que for mais vantajoso e pode receber o benefício

menor em percentual por uma tabela em salários mínimos (BRASIL, 2019). Estas alterações devem impactar principalmente na situação financeira das mulheres, onde é mais comum receber aposentadoria e pensão juntas (mulheres 15,1%; homens 4,4%).

Cerca de um quarto dos idosos (26%) referiu ter uma atividade remunerada, mas apenas 2,7% dependiam exclusivamente dessa renda. Dados similares foram encontrados por Sousa e Lima (2009) 4,3% e Bós e Bós (2004) 3% indicando que embora muitos idosos continuem trabalhando, apenas uma minoria depende somente dessa atividade. Vale lembrar que 74% não trabalhavam, proporção menor daquela encontrada numa coorte populacional em Florianópolis, projeto Epifloripa (87%) (CONFORTIN et al. 2015). Em relação ao trabalho remunerado, encontram-se grandes diferenças entre homens e mulheres, enquanto 39,3% dos homens ainda exercem uma atividade remunerada, somente 20,1% das mulheres estão na mesma situação. Estes dados são próximos dos dados gerais no Brasil em relação à população idosa onde 37,6% dos homens e 14,3% das mulheres sua fonte de renda pelo trabalho remunerado (BIRON et al., 2018).

Podem existir diferentes razões para continuar com o trabalho depois ter conseguido uma aposentadoria, desde a questão financeira até o fato da interrupção do trabalho apresentar outros problemas como isolamento e declínio da saúde (VERAS; RAMOS; KALACHE, 1987). Tendo em vista que a aposentadoria não cobre o sustento de vida e os gastos da família ou por que não conseguiram economizar recursos durante sua vida. Mas também tem pessoas que continuam trabalhando não por questões financeiras, mas por gostar do trabalho, por se sentir ativo ou por manter sua autoimagem, como destacam Fontoura, Doll e Oliveira (2015).

Ainda em relação ao trabalho das pessoas idosas, foi possível observar, que o grupo com maior escolaridade tende a continuar trabalhando. Isso pode ser pelo tipo de trabalho que se faz com uma escolaridade maior e que pode ser realizado ainda em idades avançadas; também pode mostrar um estado de saúde melhor deste grupo. Esta tendência de pessoas com maior escolaridade permanecerem mais tempo no mercado de trabalho é confirmado pelo estudo de Castro et al. (2019), que mostra esta tendência também em nível internacional. Contudo, não se deve esquecer que a contribuição do trabalho no rendimento geral entre pessoas idosas diminui com a idade, segundo Camarano (2001, 2009), por dificuldades em encontrar trabalho e/ou por opção da própria pessoa.

O grupo como todo já possui uma escolaridade acima da média no Brasil. Somente 1% dos participantes não tinha estudo enquanto 69% tinha Ensino Fundamental completo ou mais. Isso é muito superior aos dados gerais do Brasil, onde especialmente as pessoas idosas ainda sofrem de um sistema escolar bastante frágil na época da sua infância. Assim, no Estudo Fibra (NERI et al., 2013), 20,1% não tem escolaridade, enquanto somente 12,9% tem Ensino Fundamental concluído ou mais. Os dados da pesquisa “Idosos no Brasil II” do SESC (SESC 2020) apontam para uma leve melhora da situação educacional das pessoas idosas de uma forma geral. Apesar de 14% nunca terem ido para a escola, já são 31% que concluíram o Ensino Fundamental ou mais. A diferença entre o Estudo Fibra e o estudo do SESC pode ser explicado pela diferença no tempo, os dados de Fibra são de 2008/2009, e a situação educacional das pessoas idosas desde então mudou.

O estudo do SESC (2020), que possui dados do primeiro levantamento de 2006 e os dados atuais de 2020, mostra claramente esta tendência. Assim, em 2006, ainda havia 18% dos idosos sem escolaridade, muito próximo dos 20,1% do estudo Fibra, este valor diminuiu para 14% em 2020. Por outro lado, enquanto em 2006 somente 11% dos idosos possuíam Ensino Médio ou Superior, este número mais que duplicou para 23% em 2020. Mesmo com esta tendência de melhora da situação educacional que se deve em primeiro lugar pela entrada de novas gerações no grupo dos idosos, estes já com escolaridade maior, o grupo aqui analisado se destaca pelo seu alto grau de escolaridade, tendo 69,8% dos participantes com Ensino Fundamental concluído ou mais, confirmando seu pertencimento à classe média-alta.

Não só no nível educacional, também em relação à quantidade da renda, observa-se uma clara diferença do grupo estudado com outras pesquisas e dados gerais do Brasil. Na presente pesquisa, 11% ganhavam até um salário mínimo (SM), a grande maioria se configura entre 1 e 5 SM (71%), 13% recebiam entre 5 a 10 SM e um pequeno grupo de 5% recebeu rendimentos acima de 10 SM. O que chama a atenção nestes dados é que são superiores as rendas de pessoas idosas em geral no Brasil. Outrossim, a pesquisa “Idosos no Brasil II” do SESC (2020) mostra, bem como outros estudos, que a grande maioria dos idosos possui uma renda bastante baixa, somente um grupo muito pequeno dispõe de mais recursos. Assim, o grupo de até 2 salários mínimos representa 69%, o grupo intermediário, entre 2 e 5 salários mínimos é constituído por 13% e somente 3% indicam uma renda individual maior que 5 salários mínimos (10% recusa/não sabe; 1% sem renda).

De forma parecida, no estudo de Neri et al. (2013) com resultados de diferentes regiões do Brasil, 46% tinham uma renda até 1 salário mínimo e somente 4,8% recebiam entre 5 a 10 salários mínimos. Os dados confirmam, por um lado, que o grupo pesquisado aqui possui uma estrutura de renda diferente do resto do Brasil. O grupo com renda baixa é menor, então a grande maioria se situa na faixa intermediária, entre 1 e 5 salários mínimos, e existe um grupo maior com uma renda superior. Por outro lado, olhando para a mediana dos diferentes grupos, surpreende para um bairro de classe média-alta que a grande maioria dos idosos vive com uma renda entre 2 e 3 salários mínimos.

5. Considerações finais

O presente artigo apresentou uma análise mais detalhada da composição da renda de pessoas idosas em um bairro de classe média-alta. Os dados demonstram, por um lado, que a grande maioria das pessoas idosas deste bairro dispõe de mais de uma fonte para sua renda, no total foram contadas quinze diferentes composições. Por outro lado, ficou evidente, que existem algumas fontes fundamentais, como a aposentadoria e a pensão, encontrados em mais que 90% dos casos.

Outro resultado importante foi a evidência que existem determinados perfis de composição de renda para homens e mulheres. A questão da aposentadoria é importante para os dois, mas a renda dos homens parece bem mais o trabalho como fonte de renda, enquanto para as mulheres, a pensão assumiu um significado importante. Nos dois grupos, a categoria “outras fontes” estava bastante presente, mas como se trata de uma categoria aberta, não foi possível determinar claramente seu significado. Se por um lado, outras fontes no caso de aluguel de imóveis ou de rendimentos de aplicação remetem a uma situação financeira tranquila e uma autonomia e independência do idoso, outras fontes podem também se referir à ajuda de familiares e amigos, apontando para uma situação financeira apertada e mostrando uma dependência da boa vontade de outras pessoas.

A necessidade de recorrer a várias fontes de renda indica uma certa insuficiência da renda pelas fontes clássicas de aposentadoria e pensão. Isso remete a políticas públicas que garantam especialmente para os grupos menos favorecidos o sustento para uma vida digna.

O estudo mostrou também que a renda de pessoas idosas possui principalmente dois fatores determinantes. Por um lado, existem políticas públicas, principalmente em relação às aposentadorias e pensões, que influenciam a renda das pessoas idosas, não só pelo nível dos benefícios que são concedidos, mas também pelas regras de acesso a estes benefícios. Por outro lado, espelha-se na situação financeira a velhice a biografia da própria pessoa.

Os dados desta pesquisa possuem obviamente seus limites. Trata-se da composição de renda de pessoas idosas em um bairro de classe média-alta em uma metrópole. Pensando na extrema diversidade das realidades brasileiras, estes dados não são representativos para o Brasil. Desta forma, seria interessante continuar a pesquisa sobre a composição das fontes de renda de pessoas idosas em outros lugares e outros contextos sociodemográficos. Outras perspectivas importantes seriam estudos sobre os gastos das pessoas idosas em relação a sua renda. Sabe-se que ao envelhecer, aumentam principalmente os gastos com a saúde e com remédios, outros gastos talvez tendam a diminuir. Seria importante esclarecer esta

relação para se ter perspectivas mais detalhadas sobre uma renda adequada e acessível. Outro elemento importante seria estudar os apoios e as trocas financeiras entre as gerações.

A perspectiva desta e outras pesquisas deveria ser contribuir para uma vida digna e autônoma e acessível. Para isso, uma renda adequada e justa pode contribuir significativamente.

Agradecimento

Agradecemos à CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa auxílio que permitiu tempo de dedicação à pesquisa e ao Pós-Doutorado.

Referências

ADELINÉ, Amélie et al. Health and income: testing for causality on European elderly people. *THEMA (Théorie Économique, Modélisation et Applications)*, Université de, 2018.

ALVARENGA, L. N., KIYAN, L., BITENCOURT, B., WANDERLEY, K. D. S. Repercussões da aposentadoria na qualidade de vida do idoso. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43, n. 4, p. 796-802, 2009.

ANDRADE, E. I. G. et al. Fatores associados ao recebimento de aposentadorias entre adultos mais velhos: ELSI-Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, p. 15s, 2018.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P.; SANTOS, D. D. Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil. 1999.

BIRON, L., MIRANDA, K., KANSO, S., NASCIMENTO, D., FRANCO, S., NASCIMENTO, G. **META**. Pesquisa e produção do conhecimento para disseminação sobre temas diversos da pessoa idosa, Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. 2018.

BÓS, A. M. G.; BÓS, Â. J. Go. A participação dos idosos gaúchos no mercado de trabalho e a força da relação renda/saúde. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 1, n. 1, p. 48-56, 2004.

BRASIL, **Decreto nº 4.682**, DE 24 DE JANEIRO DE 1923 - Publicação Original, 1923. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL4682-1923.htm> Acesso em 19 jun 20

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília-DF, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em 19 jun 20.

_____, **Lei 8.842** de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm> Acesso em 19 jun 20

_____, **Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI**, Brasil, 2002. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-do-Idoso-CNDI/cndi>> Acesso em 19 jun 20

CAMARANO, A. A. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**. 2001.

CAMARANO, A. A. Relações familiares, trabalho e renda entre idosos. Júnior JCB, organizador. **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. São Paulo: Editora Edicon, p. 81-96, 2009.

CAMARANO, A.A. **Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres?** Nota Técnica nº 81. Rio de Janeiro: Ipea. 2020.

CASTRO, C. M. S., COSTA, M. F. L., CESAR, C. C., NEVES, J. A. B., SAMPAIO, R. F. Influência da escolaridade e das condições de saúde no trabalho remunerado de idosos brasileiros. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 4153-4162, nov. 2019.

CONFORTIN, S. C., GIEHL, M. W. C., ANTES, D. L., SCHNEIDER, I. J. C., D'ORSI, E. Autopercepção positiva de saúde em idosos: estudo populacional no Sul do Brasil. **Cadernos de saúde pública**, v. 31, p. 1049-1060, 2015.

CONOVER, W. J.; IMAN, R. L. Rank transformations as a bridge between parametric and nonparametric statistics. **The American Statistician**, v. 35, n. 3, p. 124-129, 1981.

CRYSTAL, S.; SHEA, D. Cumulative advantage, cumulative disadvantage, and inequality among elderly people. **The Gerontologist**, v. 30, n. 4, p. 437-443, august 1990.

FONTOURA, D. S.; DOLL, J.; OLIVEIRA, S. N. O desafio de aposentar-se no mundo contemporâneo. **Educação&realidade**, v. 40, n. 1, p. 53-79, 2015.

KRUSKAL, W. H.; WALLIS, W. A. Use of ranks in one-criterion variance analysis. **Journal of the American statistical Association**, v. 47, n. 260, p. 583-621, 1952.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais. **Uma análise das Condições de vida da População Brasileira**, 2018. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>> Acesso em 23 nov 2020.

LEBRÃO, M.L.; DUARTE Y.A.O.; SANTOS J.L.F.; LAURENTI R. Evolução nas condições de vida e saúde da população idosa do Município de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**. v. 22, n. 2, p. 30-45, 2008.

MODIGLIANI, F. Life cycle, individual thrift, and the wealth of nations. **The American Economic Review**, n. 76, 1986, p. 297-313.

MOURA, C. S.; CUNHA, M. S. Fatores determinantes da participação e do rendimento do idoso e não-idoso no mercado de trabalho brasileiro. **A Economia em Revista-AERE**, v. 18, n. 2, p. 153-168, 2010.

NERI, A.A. O envelhecimento no Universo do Trabalho – Desafios e Oportunidades depois dos 50 anos, In: Júnior, Juarez Correia Barros / organizador. **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. 1. ed - São Paulo: Editora Edicon, p.49, 2009.

NERI, A. L., YASSUDA, M. S., ARAÚJO, L. F. D., EULÁLIO, M. D. C., CABRAL, B. E., SIQUEIRA, M. E. C. D., MOURA, J. G. D. A. Metodologia e perfil sociodemográfico, cognitivo e de fragilidade de idosos comunitários de sete cidades brasileiras: Estudo FIBRA. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, p. 778-792, 2013.

NERI, M. C. Renda, consumo e aposentadoria: evidências, atitudes e percepções. 2007.

OECD. Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, **Indicators**. 2017.

RAMOS, L. R. et al. Estudo de seguimento por dois anos de idosos residentes em São Paulo, Brasil: metodologia e resultados preliminares. **Revista de Saúde Pública**, v. 32, n. 5, p. 397-407, 1998.

SESC, **Idosos no Brasil II**. 2020. Acessível em <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/14626_PESQUISA+IDOSOS+NO+BRASIL+2+EDICAO+2020> Acesso em 05/02/2021.

_____, Trabalho remunerado e renda – SESC, SP. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/files/artigo/bff5c879/db23/4633/a271/ebfd379ca26c.pdf>> Acesso em 20 ago 2021.

SOUSA, E. P.; LIMA, J. E. Determinantes sociodemográficos e econômicos das atividades dos idosos no nordeste brasileiro. **Economia e Desenvolvimento**, n. 21, p. 26-44, 2009.

VERAS, R. P.; RAMOS, L. R.; KALACHE, A. Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e conseqüências na sociedade. **Revista de Saúde Pública**, v. 21, p. 225-233, 1987. <https://doi.org/10.1590/S0034-89101987000300007>

WHO, WORLD HEALTH ORGANIZATION. Discussion document on the concept and principles. In: Health promotion: concepts and principles, a selection of papers presented at Working Group on Concepts and Principles. Copenhagen: Regional Office for Europe; 1984. p.20-3

Recebido em: 25.02,21

Aceito em: 25.03.22

Endereço para correspondência:

Nome : Frederico Molina Cohrs

Email: fcohrrs@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)